



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SARDÃO

ATA Nº 4/2026

SESSÃO ORDINÁRIA

26 DE JUNHO DE 2026

PRESIDENTE: Jorge Gaspar

1ª SECRETÁRIA: Ana Borges

2º SECRETÁRIO: César Marques

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis pelas 20 horas, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Sardoa, na Sala Polivalente do Centro Cultural Gil Vicente, em Sardoa, com a seguinte Ordem do Dia: -----

- Tomada de Posse para substituição de membro da Assembleia Municipal de Sardoa;

- Período Antes da Ordem de Trabalhos;

- Intervenção do Público;

- Ordem de Trabalhos:

1. Votação da ata da sessão anterior;
2. Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
3. Transferência de recursos financeiros do Município para as Juntas de Freguesia - ano 2027;
4. Aquisição de serviços de auditoria externa para certificação legal de contas (2026 e 2027);
5. Tejo Ambiente, EIM, S.A - Prestação de Contas do ano 2025;
6. Proposta de prestação de contas consolidada de 2025;
7. Revisão Orçamental n.º 2 do Orçamento e n.º 1 das Grandes Opções do Plano.

A reunião iniciou com a chamada feita pelo Sr. 1.º Secretário, César Marques, tendo-se verificado a presença dos Srs. Deputados Jorge Gaspar, Fernando Vasco, Ana Borges, Adérito Garcia, Mauro Nogueira, Carlos Duarte, César Marques, Vanessa Milheirinho, Patrícia Rei, Gonçalo Ramalho, Aníbal Lobato, Teresa Amaral, Paulo Lourenço, Fernando Martins, Miguel Mora Alves, Hélder Carboila, Hugo Gaspar, Dora Santos e António Aidos. -----

Esteve também presente na reunião toda a Câmara Municipal, nomeadamente o Sr. Presidente Pedro Rosa, Sr. Vice-Presidente Duarte Batista e Srs. Vereadores Joana Ramos, Pedro Duque e Miguel Alves. -----

Não estiveram presentes os Srs. Deputados Joaquim Serras, Adriano Martins, Mariana Martins e Patrícia Mourão que antecipadamente justificaram as suas faltas e que se fizeram substituir pelos Srs. Deputados, respetivamente, Mauro Nogueira, Gonçalo Ramalho, Teresa Amaral e Vanessa Milheirinho. -----

Tomada de Posse para substituição de membro da Assembleia Municipal de Sardoa;

O Sr. Presidente da Assembleia informou os Deputados de que a Deputada Maria Aida Costa Batista tinha apresentado a renúncia ao seu mandato e, em consequência da mesma, tinha sido necessário proceder à sua substituição, seguindo a ordem legal da lista apresentada pelo Partido Socialista. -----

O Sr. Presidente da Assembleia explicou que a primeira candidata não eleita, Rita Margarida Passarinho Navalho, tinha renunciado à tomada de posse, pelo que tinha sido convocado o segundo candidato não eleito da lista, o Dr. Fernando Cascalheira Vasco, para assumir o lugar vago na Assembleia Municipal. -----

De seguida, foi conferida a posse ao Sr. Deputado Fernando Cascalheira Vasco que declarou aceitar o mandato para o qual tinha sido convocado, comprometendo-se a desempenhar as funções com lealdade e em conformidade com a lei. O termo de posse ficou registado e foi assinado pelo Presidente da Assembleia Municipal e pelo novo membro empossado. -----

Período Antes da Ordem de Trabalhos;

O Presidente da Assembleia iniciou a sua intervenção destacando três iniciativas que considerou de grande importância para o Concelho, aproveitando a ocasião para reconhecer o trabalho desenvolvido pelo Município, pelas entidades envolvidas e pela população. -----

Em primeiro lugar, referiu-se à Festa do Espírito Santo (Bodo), salientando que o evento tinha contribuído para preservar uma das mais importantes tradições do Sardoal. Destacou a dignidade com que tinham decorrido as cerimónias religiosas e o sucesso do almoço-convívio, que tinha reunido um elevado número de participantes, considerando que teria sido uma das edições mais participadas dos últimos anos. Reconheceu ainda o grande esforço organizativo exigido para realização da festa, felicitando o Município e a Câmara Municipal pelo trabalho desenvolvido. -----

Em seguida, referiu-se ao Trail “Terras do Sardão”, sublinhando que, apesar da realização de uma prova semelhante no dia anterior, no Campo Militar de Santa Margarida, o evento tinha tido a maior participação de sempre. Enalteceu a qualidade da organização, amplamente reconhecida pelos participantes, considerando que o sucesso alcançado resultava do empenho e dedicação de todos os envolvidos. Defendeu que não bastava realizar boas iniciativas, sendo fundamental fazê-las com excelência, reforçando que o Trail tinha contribuído para o prestígio do Concelho e que constituía motivo de orgulho para toda a comunidade. -----

Por último, destacou a continuidade do Encontro Internacional de Piano, afirmando que se tratava de uma iniciativa já consolidada como referência nacional e internacional, com importantes benefícios culturais e económicos para o Concelho. Felicitou o Município pela organização e incentivou todos os envolvidos a prosseguirem o trabalho necessário para garantir o sucesso da edição. Dirigiu ainda um agradecimento especial aos sardoalenses que iriam acolher nas suas casas os jovens pianistas participantes, considerando que esta hospitalidade constituía uma característica distintiva do Concelho e das suas gentes. Salientou que o acolhimento prestado transmitia uma imagem de grande humanidade, educação e hospitalidade, sendo frequentemente reconhecido e valorizado pelos participantes estrangeiros, que demonstravam grande satisfação com a experiência vivida no Sardoal. -----

Após ter perguntado quais os Srs. Deputados que pretendiam intervir, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Deputado Mauro Nogueira que centrou a sua intervenção na questão das zonas brancas de cobertura de telecomunicações no Concelho, tema que, segundo referiu, já tinha sido abordado em anteriores reuniões da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal. Recordou que, na última reunião de Câmara, tinha sido aprovada a ratificação da cedência de um espaço destinado à instalação de infraestruturas para a expansão da rede de fibra ótica, considerando tratar-se de uma medida importante para melhorar a cobertura de internet e de rede móvel nas zonas ainda desprovidas daqueles serviços. Nesse contexto, solicitou ao Presidente da Câmara esclarecimentos sobre o plano previsto para resolver este problema, questionando se existia uma estratégia definida para eliminar as zonas brancas e se era expectável que a cobertura estivesse concluída durante o primeiro trimestre de 2027, conforme havia sido referido na reunião de Câmara. -----

O Sr. Presidente da Câmara explicou que a deliberação aprovada dizia respeito apenas à cedência de um terreno no lugar do Tojalinho, destinado a apoiar a instalação da

infraestrutura necessária à expansão da fibra ótica. Esclareceu que, segundo a empresa instaladora, grande parte dos atrasos verificados no início dos trabalhos tinham resultado de questões jurídicas e contratuais relacionadas com o concurso público da empreitada, mas que, aqueles obstáculos pareciam estar ultrapassados e a empresa adjudicatária pretendia avançar com a execução do projeto sem esperar pela conclusão definitiva dos processos em curso. Disse ainda que o Município não dispunha de um plano estratégico próprio, uma vez que a execução do projeto era da responsabilidade da empresa concessionária, no entanto, manifestou a expectativa de que fossem cumpridos os compromissos assumidos pelo Estado no âmbito do contrato celebrado em 2023, aquando da apresentação do projeto em Belmonte, que previa a cobertura integral do Concelho até ao primeiro trimestre de 2027. Sublinhou que as Freguesias de Alcaravela e Santiago de Montalegre continuavam a ser as mais afetadas pela falta de cobertura, embora reconhecesse que ainda existiam alguns pontos isolados noutras Freguesias com problemas semelhantes. Defendeu que todos os cidadãos deviam dispor das mesmas condições de acesso às telecomunicações, independentemente do local onde residiam, considerando inaceitável que territórios do interior continuassem privados de serviços essenciais para a qualidade de vida e para a atração de novos residentes. Salientou que a disponibilidade de fibra ótica constituía atualmente um fator determinante para quem pretendia viver e trabalhar no interior do País. Referiu que o Concelho reunia condições atrativas em termos de qualidade de vida, tranquilidade e custo habitacional, mas que a inexistência de cobertura de internet em algumas localidades representava um obstáculo significativo ao desenvolvimento do território. Reconheceu igualmente a frustração sentida pelos habitantes quando, sem possibilidade de acesso à fibra ótica, verificavam que existiam ligações muito próximas das suas habitações, situação que o Município não conseguia resolver diretamente nem podia garantir prazos concretos para a sua resolução. Apesar disso, reiterou a esperança de que o calendário apontado para o primeiro trimestre de 2027 viesse a ser cumprido. -----

Relativamente ao Bodo, o Sr. Presidente da Câmara destacou que aquela celebração possuía um valor patrimonial muito relevante, encontrando-se já inscrita no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial da Direção-Geral do Património Cultural. Considerou que, mais do que o elevado número de participantes, importava preservar e promover aquela tradição enquanto elemento identitário e distintivo do Concelho. -----

Quanto ao Trail, afirmou tratar-se de um evento desportivo já consolidado e reconhecido pela sua qualidade organizativa. Aproveitou para agradecer o empenho de todas as associações envolvidas, dos técnicos municipais, dos voluntários e de toda a estrutura organizativa, salientando que a preparação da prova exigia vários meses de trabalho e continuava mesmo após a realização do evento. Concluiu, afirmando que se tratava de uma iniciativa de sucesso, cuja continuidade considerava essencial para o Concelho. -----

Em seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Sardoal, Hélder Carboila, iniciando a sua intervenção com uma palavra de reconhecimento às associações da Freguesia de Sardoal, destacando a dinâmica e o empenho demonstrado ao longo do ano através da realização de diversas atividades. Considerou que aquelas iniciativas contribuíam para dinamizar as aldeias, a vila e a comunidade local, referindo que acompanhava e participava com satisfação em muitos daqueles eventos. Dirigiu igualmente uma felicitação aos novos órgãos sociais do Grupo Desportivo e Recreativo Os

Lagartos, desejando-lhes sucesso no exercício das suas funções e nas diferentes modalidades desportivas desenvolvidas por aquela associação. -----

Seguidamente, apresentou duas questões ao Presidente da Câmara. A primeira sobre a segurança rodoviária no Largo de Andreus, assunto que afirmou já ter abordado anteriormente junto do Presidente da Câmara e do Conselho Municipal de Trânsito, por ser uma preocupação manifestada por muitos residentes, uma vez que o local concentrava vários estabelecimentos comerciais e constituía um ponto de passagem diária de crianças que utilizavam o transporte escolar. Alertou para a reduzida visibilidade das passadeiras e para o excesso de velocidade praticado por alguns condutores, considerando que estas circunstâncias representavam um risco significativo para peões e automobilistas. Questionou se estava prevista a implementação de medidas que reforçassem a segurança, nomeadamente através da instalação de equipamentos de acalmia de trânsito ou de outras soluções que reduzissem a velocidade dos veículos e melhorassem a visibilidade nas passadeiras. -----

A segunda questão incidiu sobre a zona de lazer do Ribeiro Barato, perguntando se estava prevista a substituição ou requalificação das atuais instalações sanitárias. Referiu que, após a instalação de novos equipamentos de manutenção física, era expectável um aumento da utilização daquele espaço por residentes e visitantes, considerando importante dotá-lo de casas de banho mais modernas, funcionais e adequadas à crescente afluência de utilizadores. -----

Relativamente ao Largo de Andreus, o Sr. Presidente da Câmara explicou que a intervenção anteriormente realizada naquele espaço, designadamente a sinalização vertical e os dispositivos luminosos instalados no pavimento, não tinha sido uma decisão política do Executivo, mas tinha resultado de uma solução técnica apresentada pela empresa responsável pelo projeto. Apesar disso, reconheceu a preocupação manifestada pelo Sr. Presidenta da Junta e pela população. Admitiu que, pela sua própria observação, alguns condutores circulam naquele local a velocidades que considerava excessivas, e que nenhuma intervenção física conseguiria eliminar totalmente comportamentos irresponsáveis por parte dos condutores, garantindo no entanto, que o Município iria analisar possíveis soluções para melhorar a segurança naquele local, embora sem assumir um compromisso quanto à implementação imediata de medidas concretas. Informou ainda que o Executivo já tinha previsto a instalação de um segundo abrigo para passageiros naquela zona, destinado sobretudo às muitas crianças que diariamente aguardavam naquele local o transporte escolar. Explicou que aquele processo já tinha sido articulado com as entidades responsáveis pelos transportes públicos e debatido com a Associação de Moradores de Andreus, mas que a necessidade de alterar a circulação rodoviária devido aos efeitos da tempestade e ao encerramento da via ao trânsito pesado, tinha levado ao abrandamento da concretização daquela intervenção, mantendo-se, contudo, como um objetivo do Município. -----

Quanto à zona de lazer do Ribeiro Barato, o Sr. Presidente recordou que a melhoria das instalações sanitárias de vários espaços públicos fazia parte do programa apresentado nas eleições, estando previstas intervenções no Ribeiro Barato, no Jardim da Tapada da Torre, na Tapada do Milheiriço e também nas instalações de Cabeça das Mós. Referiu que não era possível executar todas as obras em simultâneo, sendo necessário definir prioridades e que a intervenção prioritária seria a requalificação das instalações sanitárias de Cabeça das

Mós, sobretudo para garantir condições adequadas de acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada. Concluída aquela obra, disse que o Município pretendia avançar progressivamente com as restantes intervenções, incluindo a requalificação das casas de banho do Ribeiro Barato, reafirmando que se tratava de um trabalho de continuidade que seria desenvolvido ao longo do mandato. -----

Tomou a palavra a Sra. Deputada Patrícia Rei que começou por felicitar o Executivo Municipal pelas iniciativas tomadas, que considerou importantes para a melhoria da qualidade de vida da população, designadamente o “Guia de Apoio ao Cidadão”, elaborado pelo CLDS Terra Pura Sardoal 5G em parceria com o Gabinete de Proteção Civil, Florestal e Bombeiros de Sardoal, destacando que aquele guia reunia informação prática sobre medidas de autoproteção em diversas situações de emergência, incluindo ondas de calor, cheias e inundações, tempestades, sismos, incêndios florestais, agrícolas e urbanos, bem como procedimentos de primeiros socorros, suporte básico de vida, desobstrução da via aérea, posição lateral de segurança e primeiros socorros psicológicos. A Sra. Deputada salientou ainda que, para além da publicação do guia, estavam a decorrer sessões de apresentação descentralizadas em várias localidades do Concelho, permitindo aproximar esta informação da população. Aproveitou para recordar algumas das sessões ainda previstas e questionou o Executivo sobre a forma como o guia iria ser disponibilizado ao público em geral, nomeadamente se ficaria acessível para consulta e *download* no *website* do Município. -----

Fez também referência à contratação de uma terapeuta da fala para o Agrupamento de Escolas de Sardoal, serviço que tinha voltado a estar disponível desde abril, recordando que aquele apoio era anteriormente assegurado pelo Estado, mas que tinha deixado de existir, obrigando muitas famílias a procurar soluções fora da Escola. Considerou que a decisão do Município de voltar a disponibilizar este serviço representava um importante reforço no apoio aos alunos e às famílias. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara referindo que o Guia de Apoio ao Cidadão resultava de um trabalho conjunto entre o CLDS e o Gabinete Municipal de Proteção Civil, sendo que a proteção civil não se limitava à prevenção e combate aos incêndios, abrangendo um vasto conjunto de situações que podiam afetar a segurança, a saúde e o bem-estar das pessoas. Referiu que o guia pretendia sensibilizar e preparar a população para responder adequadamente a diferentes emergências, desde fenómenos meteorológicos extremos até acidentes domésticos, fugas de gás, incêndios ou acidentes rodoviários. Explicou que o objetivo era que aquele documento fosse uma ferramenta de consulta permanente, permitindo aos cidadãos conhecer os procedimentos mais adequados antes, durante e após cada ocorrência. Quanto à divulgação, informou que o Município estava a promover sessões de apresentação em várias localidades com capacidade para reunir participantes, contando para isso com a colaboração das associações locais. Acrescentou que o guia ficaria igualmente disponível nas Juntas de Freguesia, no CLDS e, na sequência da sugestão apresentada pela Deputada, também seria disponibilizado em formato digital no portal do Município. -----

Relativamente à terapia da fala, o Presidente esclareceu que a contratação da técnica tinha sido efetuada no âmbito do programa municipal de promoção do sucesso educativo desenvolvido em parceria com o Agrupamento de Escolas. Explicou que aquele programa integrava diversas medidas de apoio aos alunos, entre as quais, projetos nas áreas da

saúde visual e auditiva, programa T-Code, educação pela arte, Escola Virtual e a Rede de Escolas de Excelência, sempre com o objetivo de melhorar o sucesso escolar e reduzir o abandono escolar precoce, que se começava novamente a verificar. Recordou que, durante vários anos, aquele serviço tinha sido assegurado pelo Ministério da Educação, mas que tinha deixado de o ser, em parte devido à dificuldade em recrutar técnicos especializados. Perante essa realidade, disse que a Câmara tinha decidido assumir aquela responsabilidade, permitindo que os alunos passassem a ter acesso ao acompanhamento sem necessidade de recorrer a serviços privados, reduzindo assim os custos para as famílias. Salientou ainda que a intervenção da terapeuta da fala não se limitava ao acompanhamento individual dos alunos, mas que envolvia também os professores na definição de estratégias pedagógicas que favorecessem o desenvolvimento da linguagem, da leitura e da escrita. Defendeu que a identificação precoce daquelas dificuldades era fundamental, uma vez que muitas delas podiam ser corrigidas através de acompanhamento especializado, evitando impactos futuros no percurso escolar. -----

A Sra. Deputada Patrícia Rei solicitou ainda esclarecimentos sobre a referência feita ao abandono escolar, ao que o Sr. Presidente explicou que, de acordo com os indicadores atualmente utilizados, o abandono escolar tinha aumentado de uma forma geral, não necessariamente no caso específico do Sardoal. Esclareceu que aquela situação resultava, em grande parte, da mobilidade das famílias, uma vez que os alunos que deixavam um agrupamento escolar para ingressar noutra território, eram contabilizados para efeitos estatísticos, como casos de abandono escolar precoce no estabelecimento de origem, o que influenciava negativamente os indicadores sem significar que tivessem abandonado efetivamente a escola. -----

Tomou a palavra o Sr. Deputado Adérito Garcia, transmitindo a sua satisfação pela contratação de uma terapeuta da fala para o Agrupamento de Escolas de Sardoal, considerando tratar-se de um investimento importante na promoção da igualdade de oportunidades. Salientou que aquele apoio permitiria que alunos, por razões económicas, não conseguiram aceder a este tipo de acompanhamento especializado passassem agora a beneficiar do serviço, contribuindo para ultrapassar dificuldades que condicionavam o seu desenvolvimento escolar. -----

Seguidamente, felicitou o Município pela abertura antecipada da piscina municipal descoberta, destacando que a decisão tinha sido particularmente oportuna devido às elevadas temperaturas registadas. Considerou igualmente positiva a alteração efetuada no regime de bilhética, permitindo que os utilizadores pudessem permanecer no espaço durante todo o dia com o mesmo bilhete, o que representava um benefício para os utilizadores. -----

Em seguida, colocou duas questões ao Sr. Presidente da Câmara. A primeira incidiu sobre a sobreposição de eventos no Concelho, referindo que, em determinados dias, coincidiam várias iniciativas promovidas pelo Município e pelas associações, citando como exemplo o dia 13 de junho, em que tinham decorrido simultaneamente as Jornadas do Associativismo, uma atividade da Associação dos Amigos dos Animais, apoiada pelo Município, e a Festa de Sto. António em Entrevinhas. Considerou que estas coincidências podiam ter prejudicado a participação do público e questionou se o Município dispunha de informação antecipada sobre os planos de atividades das associações, se era efetuada

uma recolha trimestral dessa informação e se existia coordenação na elaboração da agenda Municipal para evitar, sempre que possível, aquele tipo de sobreposições. -----

A segunda questão incidiu sobre a zona de lazer da Rosa Mana, perguntando qual o ponto de situação da limpeza do leito da ribeira, necessária para o fecho das comportas e consequente retenção da água indispensável ao funcionamento daquele espaço durante o verão. Manifestou preocupação pelo facto da época balnear já se ter iniciado e alertou para o risco de não ser possível garantir as condições necessárias caso os trabalhos se prolongassem. -----

Em resposta, o Sr. Presidente da Câmara explicou que a abertura antecipada da piscina descoberta tinha resultado de um esforço de organização dos recursos humanos e da colaboração da associação responsável pela exploração do bar. Esclareceu que continuava a não ser possível abrir o plano de água durante a hora do almoço devido às exigências legais relacionadas com a presença de nadadores-salvadores, mas considerou que a disponibilização da esplanada, do bar e do restante espaço já tinha resultado numa melhoria significativa para os utilizadores. Acrescentou que a alteração no sistema de bilhetes tinha revelado resultados positivos e que, apesar do funcionamento simultâneo das piscinas coberta e descoberta exigir um maior esforço de recursos humanos, a medida tinha sido bem recebida pela população. -----

Relativamente à coordenação da agenda de eventos, reconheceu que a coincidência de iniciativas constituía uma dificuldade, tanto para o Município como para quem pretendia participar no maior número possível de atividades. Explicou que, no caso das Jornadas do Associativismo, a alteração da data inicialmente prevista tinha resultado de atrasos associados aos processos de candidatura e da necessidade de compatibilizar a disponibilidade dos oradores convidados, o que acabou por conduzir à coincidência com outros eventos. -----

Informou ainda que o Município se encontra a desenvolver um processo de aquisição de uma plataforma digital para gestão da relação com as associações, que iria permitir centralizar pedidos, candidaturas, transportes, calendários e restantes procedimentos administrativos. Disse também que aquela ferramenta iria facilitar a visualização antecipada das datas das diversas iniciativas, contribuindo para minimizar conflitos de agenda e melhorar a coordenação entre o Município e o movimento associativo. -----

O Sr. Presidente salientou também que, para o sucesso daquela ferramenta, teriam que chegar atempadamente ao Município os planos de atividades das associações, recordando que aqueles eram normalmente aprovados antes do início de cada ano civil. Referiu, contudo, que aquela informação nem sempre chegava ao Município em tempo útil, dificultando uma melhor articulação. Considerou ainda que a elevada concentração de eventos também demonstrava o dinamismo do associativismo local e a preocupação em criar iniciativas dirigidas não apenas aos residentes, mas também aos emigrantes que regressavam ao Concelho durante o verão. -----

Quanto à zona de lazer da Rosa Mana, informou que os trabalhos de limpeza e reparação iriam iniciar-se no imediato, referindo que as máquinas já se encontravam preparadas para entrar no local. Reconheceu que gostaria que o espaço já estivesse em funcionamento, uma vez que era muito utilizado pela população das localidades vizinhas para convívios durante o verão e explicou que a intervenção não se limitaria ao fecho das comportas, mas que incluiria também a reparação dos danos provocados pela

tempestade Kristin, designadamente no percurso pedonal junto à ribeira e paredes laterais da mesma. Manifestou a expectativa de que as comportas pudessem ser fechadas logo que os trabalhos essenciais estivessem concluídos, permitindo colocar novamente a zona de lazer em funcionamento no mais curto espaço de tempo possível. -----

Acerca da necessidade de coordenação das atividades das associações, o Sr. Presidente da Assembleia reforçou que, enquanto dirigente associativo, sempre tinha considerado particularmente importante essa articulação e que tal poderia ser conseguido, através de um procedimento simples: sempre que uma associação enviava o seu plano de atividades ao Município para efeitos de candidatura a apoios ou conhecimento, poderia igualmente enviá-lo para todas as associações do Concelho. Na sua perspetiva, aquela prática permitiria que todas as entidades conhecessem antecipadamente os eventos previstos, facilitando o planeamento das respetivas iniciativas e reduzindo a ocorrência de sobreposição de datas. Concluiu, dizendo que aquela atitude de cooperação e partilha de informação deveria ser assumida por todas as associações, entendendo que o sucesso da programação cultural e associativa do Concelho dependia também e principalmente da colaboração entre todos os intervenientes. -----

Foi dada a palavra ao Sr. Deputado Miguel Pita que iniciou a sua intervenção felicitando o Executivo pela abertura antecipada da piscina Municipal descoberta, considerando que aquela era uma medida há muito aguardada por muitas famílias. Destacou que a solução encontrada era equilibrada, tendo em conta as limitações existentes, e sublinhou ainda os benefícios para o concessionário do bar, para o comércio e para a restauração local, uma vez que a manutenção do espaço aberto durante a hora de almoço incentivava a permanência dos utilizadores e dinamizava a economia local. Considerou, por isso, que o esforço realizado pelo Município merecia reconhecimento. -----

Elogiou o trabalho desenvolvido pelo Município na divulgação dos resumos das reuniões de Câmara através das redes sociais, considerando que aquela iniciativa contribuía para aproximar os cidadãos da atividade autárquica e para promover a literacia democrática, explicando não só as decisões tomadas, mas também o seu enquadramento e objetivos. --

Relativamente à questão da coincidência de eventos associativos, referiu que o ideal seria evitar sobreposições, mas considerou que tal nem sempre era possível devido às limitações organizativas das associações, nomeadamente à disponibilidade dos seus dirigentes e voluntários. Defendeu que diferentes iniciativas atraíam públicos distintos e que a existência de vários eventos no mesmo fim de semana era, acima de tudo, um sinal da vitalidade do movimento associativo e cultural do Concelho. -----

Aproveitou ainda para elogiar a programação cultural promovida no Centro Cultural Gil Vicente e diversas iniciativas recentes, como a animação de rua com cabeçudos com participação da Fanfarra dos Bombeiros, teatro de robertos e fantoches e as comemorações do Dia Mundial da Criança, considerando que todas tinham contribuído para a dinamização do Concelho. -----

O Sr. Deputado solicitou depois ao Sr. Presidente da Câmara que apresentasse alguns detalhes sobre a tradicional visita de estudo organizada pelo Município, referindo que tinha conhecimento que o programa contemplava uma deslocação a Espanha e uma visita à cidade francesa de Carcassonne. -----

Prosseguiu destacando a importância do Encontro Internacional de Piano, afirmando que aquele tinha deixado de ser apenas um festival dedicado ao piano para se transformar

num verdadeiro evento cultural de referência. Salientou que a iniciativa integrava músicos locais, atividades espalhadas pelo exterior e diferentes manifestações culturais, consolidando-se como um acontecimento de dimensão regional, nacional e internacional. Referiu com entusiasmo o concerto de abertura dedicado ao fado, a caminhada pelas capelas do Concelho e a participação de músicos da Filarmónica União Sardoalense, considerando particularmente relevante o facto de artistas formados no Concelho participarem ao lado de músicos de prestígio internacional. -----

Aproveitou igualmente para elogiar o Guia de Apoio ao Cidadão, elaborado pelo CLDS e pelo Gabinete de Proteção Civil, considerando que poderia mesmo servir de exemplo para outros Municípios. -----

Felicitou ainda a nova direção do Grupo Desportivo e Recreativo Os Lagartos, destacando o facto de, pela primeira vez em muitos anos, terem concorrido duas listas às eleições da associação, o que considerou demonstrativo da sua vitalidade, manifestando confiança na capacidade da nova direção para reforçar a imagem da coletividade e continuar a afirmar o Sardoal através da sua atividade desportiva. -----

Terminou salientando a importância do movimento associativo para a identidade e dinamismo do Concelho, reconhecendo também o apoio prestado pelo Município e pelas Juntas de Freguesia às associações locais. -----

Em resposta, o Sr. Presidente da Câmara agradeceu as palavras de reconhecimento e reforçou que o movimento associativo constituía uma das principais forças dinamizadoras do Concelho, desempenhando um papel essencial nas áreas cultural, social e desportiva. Considerou que cabia ao Município criar condições para que todos tivessem acesso à cultura e às diversas iniciativas promovidas no território, numa lógica de igualdade de oportunidades. -----

Relativamente ao Encontro Internacional de Piano, sublinhou que o mérito da criação do evento pertencia aos anteriores Executivos municipais e à Academia Aquiles Delle Vigne, que acreditaram no potencial do Sardoal para acolher um evento daquela dimensão. Explicou que o atual Executivo tinha procurado dar continuidade ao projeto, tornando-o cada vez mais acessível e envolvendo o património, as associações, os artistas locais e diferentes expressões culturais. Destacou que o festival valorizava não apenas o piano, mas também a identidade cultural do Concelho, conjugando música, património e participação da comunidade. Informou ainda que a edição contaria com 50 participantes provenientes de 13 países, mantendo uma forte representação da China, o que confirmava a crescente projeção internacional do evento. -----

Quanto à visita de estudo, explicou que se tratava de uma iniciativa com mais de 25 anos de existência, destinada aos jovens do Concelho e concebida como uma verdadeira atividade pedagógica, e não apenas recreativa, referindo que o programa procurava equilibrar momentos de lazer com visitas de elevado interesse cultural e educativo. Entre os principais destinos encontravam-se o Parque Warner, o Museu Rainha Sofia, em Madrid, o Estádio Santiago Bernabéu, a cidade medieval de Carcassonne e o Museu Guggenheim, em Bilbao. Considerou que o itinerário proporcionaria uma experiência diversificada e enriquecedora aos participantes, aliando cultura, património, arte e lazer ao longo dos vários dias da viagem. -----

Interveio o Sr. Deputado Fernando Vasco trazendo à discussão a questão da proteção da população perante episódios de temperaturas anormalmente elevadas, considerando que,

embora até ao momento o calor tivesse sido relativamente normal para a estação, existia a previsão de uma situação mais severa nos primeiros dias de julho. Referiu que a informação de prevenção habitualmente disponibilizada à população já era amplamente conhecida, designadamente as recomendações sobre hidratação, evitar bebidas alcoólicas, reduzir a exposição ao sol nas horas de maior calor e proteger grupos vulneráveis, uma vez que eram regularmente divulgadas através da comunicação social, das autarquias e dos planos de contingência existentes. No entanto, salientou que uma situação de calor extremo exigia medidas mais robustas e uma resposta mais concreta por parte das entidades públicas. Referiu que as previsões meteorológicas apontavam para um período particularmente difícil entre 1 e 5 de julho, e transmitiu especial preocupação com o facto das temperaturas noturnas também se manterem altas, impedindo o arrefecimento das habitações e agravando os riscos para a saúde, sobretudo de idosos, bebés e pessoas com doenças crónicas. Nesse contexto, questionou o Presidente da Câmara sobre as medidas que o Município tinha preparadas para responder a uma eventual situação de alerta vermelho. Perguntou concretamente se existiam espaços municipais frescos ou climatizados onde as pessoas pudessem permanecer durante os períodos de maior calor e se estavam previstos mecanismos de acompanhamento, transporte ou deslocação de idosos para aqueles locais. Pretendeu ainda saber que medidas concretas estavam planeadas para proteger a população durante os dias mais críticos. -----

O Sr. Deputado referiu também o guia de apoio ao cidadão que o Município estava a divulgar, admitindo que algumas das respostas poderiam estar contempladas nesse documento, embora ainda não o conhecesse em detalhe. Ainda assim, considerou importante que a Câmara esclarecesse publicamente quais as medidas concretas previstas para fazer face à situação. -----

Em resposta, o Sr. Presidente da Câmara começou por dar as boas-vindas ao Sr. Deputado na sua nova condição de membro efetivo da Assembleia. Relativamente à questão colocada, afirmou que o Município acompanhava regularmente estas situações e que a preocupação com as vagas de calor não surgia apenas devido à previsão para os primeiros dias de julho. Explicou que o acompanhamento era feito através do Gabinete Municipal de Proteção Civil, dos serviços de Educação, Saúde e Ação Social, bem como em articulação com outras entidades, como as Juntas de Freguesia. Destacou ainda a importância do programa Radar Social, que permitia sinalizar pessoas em situação de vulnerabilidade e assegurar um acompanhamento mais próximo. Referiu ainda que a Unidade Local de Saúde já vinha, há várias semanas, a enviar recomendações e a implementar medidas relacionadas com o calor, tendo inclusivamente ativado um plano de emergência, que tinha sido desativado pouco tempo antes da reunião. -----

No que respeita aos locais de abrigo, confirmou que existiam espaços identificados que podiam ser utilizados caso fosse necessário acolher pessoas vulneráveis, dando como exemplo o próprio Centro Cultural e também as instalações das Juntas de Freguesia que dispunham de sistemas de climatização e podiam funcionar como locais de refúgio perante condições climatéricas extremas. Considerou, no entanto, que na maioria das situações, a solução mais adequada não passava pela deslocação das pessoas para esses espaços, sendo preferível garantir que aquelas permanecessem nas suas próprias residências, desde que fossem acompanhadas e que cumprissem as recomendações de

prevenção, nomeadamente a hidratação adequada e a proteção contra as temperaturas elevadas. Reconheceu, ainda assim, que nem todas as habitações dispunham das melhores condições de arrefecimento. -----

Por fim, explicou que o Município tinha apostado sobretudo na informação, sensibilização e acompanhamento da população, quer através das sessões de divulgação do guia do cidadão, quer através da atuação dos serviços municipais no terreno. Referiu também as ações de sensibilização normalmente realizadas nas piscinas municipais sobre os riscos da exposição solar. -----

Concluiu afirmando que, naquele momento, não estava prevista qualquer medida extraordinária ou adicional, para além do trabalho regular de acompanhamento, prevenção e sensibilização que já vinha sendo desenvolvido pelos serviços municipais e pelas entidades parceiras. -----

Em seguida, tomou a palavra o Sr. Deputado Gonçalo Ramalho começando por abordar a viagem de estudo promovida pelo Município, manifestando o seu apoio à continuidade daquela iniciativa. Agradeceu ao Executivo por manter o projeto, considerando que aquele proporcionava aos jovens uma oportunidade importante de crescimento pessoal e cultural. Referiu que, apesar das críticas que por vezes eram feitas àquela iniciativa, a viagem permitia aos jovens conhecer realidades diferentes daquelas que encontravam no Sardoal e em Portugal, alargando os seus horizontes a nível europeu. Defendeu que aquela experiência ajudava os participantes a compreender melhor o passado, o presente e o futuro da Europa, adquirindo conhecimentos que contribuía para a sua formação enquanto cidadãos. Em jeito de reflexão dirigida à Assembleia, questionou como se podia esperar que os jovens contribuíssem para melhorar o país sem conhecerem outras realidades, exemplos positivos e negativos de outros lugares. Considerou que o contacto com diferentes contextos era fundamental para uma visão mais informada do mundo e para evitar que erros do passado se repetissem no futuro. -----

De seguida, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Alcaravela, Hugo Gaspar, tomou a palavra para deixar várias felicitações ao movimento associativo da sua Freguesia. Endereçou os parabéns à Associação Recreativa da Presa, pela celebração dos seus 50 anos de existência e pelas atividades que tem vindo a promover. Felicitou também o Rancho Folclórico Os Resineiros de Alcaravela pela eleição da sua nova direção, desejando-lhe sucesso e dinamismo para os próximos anos. Estendeu ainda os agradecimentos e felicitações às várias associações responsáveis pela organização das festas de verão no Concelho, reconhecendo o trabalho desenvolvido na dinamização da vida comunitária. ----

No âmbito desportivo, destacou o percurso do Grupo Desportivo de Alcaravela, elogiando mais uma época de participação exemplar no Campeonato da Inatel. Salientou igualmente o desempenho da equipa feminina de futebol, referindo o esforço demonstrado pelas atletas e equipa técnica naquele que tinha sido o seu primeiro ano de atividade, sublinhando que muitas das jogadoras nunca tinham praticado futebol anteriormente, tornando o trabalho realizado ainda mais meritório. -----

Após estas referências, o Sr. Presidente da Junta colocou duas questões ao Sr. Presidente da Câmara relacionadas com a proteção civil e a prevenção de incêndios. A primeira incidiu sobre o caminho da Saramaga, que ligava a Ponte do Lagar do Porto Escuro à Rua dos Moinhos, referindo que aquele constituía o único acesso para veículos pesados de bombeiros à zona nascente da aldeia e mostrando preocupação com as suas condições de

utilização numa época particularmente sensível em termos de risco de incêndio. Questionou que medidas estavam a ser tomadas para resolver os problemas existentes naquele acesso. -----

A segunda questão relacionou-se com a limpeza das faixas de gestão de combustível, em que os trabalhos de limpeza estavam a ser executados apenas nas zonas onde a maquinaria conseguia chegar, ficando algumas áreas mais irregulares, com vegetação densa por intervir. Perguntou se existia intenção de complementar esses trabalhos através de limpeza manual com recurso a roçadoras, uma vez que havia locais onde permanecia vegetação com cerca de um metro de altura. -----

Na resposta, o Presidente da Câmara esclareceu que os trabalhos em curso resultavam de um contrato do Município com a Associação de Agricultores, e eram para proceder à limpeza integral das faixas da rede secundária de gestão de combustível, pelo que os trabalhos iriam ser efetuados na íntegra. -----

Explicou que o Município não dispunha de recursos suficientes para executar sozinho todas as intervenções necessárias no Concelho, razão pela qual tinha sido necessário recorrer a entidades externas para complementar a capacidade operacional existente. -----

O Sr. Presidente referiu também que estava simultaneamente a decorrer outro conjunto de intervenções através de maquinaria pesada destinada à desobstrução e recuperação de caminhos considerados prioritários pela Proteção Civil e que aquelas ações tinham como principal objetivo garantir acessos operacionais para os meios de socorro em caso de incêndio. -----

O Sr. Presidente aproveitou para referir outros projetos em curso na área florestal, nomeadamente o projeto RESIST, desenvolvido no âmbito da Comunidade Intermunicipal, envolvendo os Municípios de Sardoal e Mação, informando que aquele projeto contemplava intervenções de recuperação e valorização da área florestal, com especial incidência na zona do Vale de São Simão. -----

Quanto ao caminho da Saramaga, confirmou conhecer a situação e recordou que já tinha abordado o assunto no local. Referiu que, apesar da competência direta sobre o caminho pertencer à Junta de Freguesia, a Câmara estava disponível para colaborar na procura de soluções. Disse ainda que, segundo a informação fornecida pelo Gabinete de Proteção Civil, o acesso continuava a ser considerado transitável para veículos de bombeiros, reconhecendo no entanto, que existiam dificuldades relacionadas com a topografia do terreno e com a acessibilidade dos residentes da zona. Por fim, informou que pretendia articular uma intervenção com a Junta de Freguesia para corrigir o pequeno desabamento existente junto ao Lagar do Porto Escuro e resolver os problemas de drenagem das águas provenientes da encosta, encaminhando-as adequadamente para a ribeira, para prevenir novos danos no muro do talude. -----

Seguidamente, interveio o Sr. Deputado César Marques centrando a sua intervenção em dois temas principais: o movimento associativo e a sustentabilidade, considerando que ambos estavam fortemente ligados e assumiam grande importância para o Concelho. -----

Começou por saudar a realização das VIII Jornadas do Associativismo, destacando como positiva a decisão de descentralizar o evento para Valhascos. Na sua perspetiva, aquela opção tinha permitido aproximar o tecido associativo das Freguesias e das populações que habitualmente tinham menos oportunidade de contactar com a realidade e o trabalho desenvolvido pelas associações de outras localidades. Destacou ainda a riqueza

do movimento associativo do Sardoal, considerando que, para um Concelho da sua dimensão, existia uma dinâmica associativa muito relevante, que contribuía de forma decisiva para a coesão social e para a vitalidade das comunidades locais. -----

Relativamente às jornadas, valorizou os temas escolhidos para debate, nomeadamente a sustentabilidade ambiental, a gestão de resíduos nos eventos associativos e a simplificação dos processos administrativos. Referiu que a participação da Tejo Ambiente e da Valnor tinha permitido às associações adquirir conhecimentos e ferramentas úteis para uma melhor gestão dos resíduos produzidos durante as festas e eventos que organizavam. Salientou também a importância da parte dedicada às questões burocráticas e administrativas, considerando que atualmente era cada vez mais complexo organizar eventos devido ao aumento das exigências legais, licenças, taxas e procedimentos. Nesse sentido, enalteceu o esforço do Município em esclarecer esses processos e em disponibilizar apoio técnico às associações. -----

Em seguida, questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre quais seriam os resultados concretos daquelas jornadas, particularmente no que respeitava à anunciada revisão do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo, perguntando de que forma esse regulamento poderia ser melhorado para responder às necessidades reais das associações. -----

Seguidamente, referiu-se à iniciativa divulgada pela comunicação social relacionada com a Tejo Ambiente, que consistiu na atribuição de apoios à Santa Casa da Misericórdia de Sardoal e à Associação de Assistência e Domiciliária de Alcaravela, resultantes da adesão dos utilizadores à fatura eletrónica e ao débito direto, considerando aquela iniciativa particularmente interessante por conciliar objetivos de transição digital, sustentabilidade ambiental e responsabilidade social, uma vez que os cidadãos ficavam conscientes de que, ao aderirem, estavam simultaneamente a contribuir para apoiar instituições sociais do Concelho. -----

Nesse contexto, questionou se o Município e a Tejo Ambiente já tinham ponderado alargar este modelo de apoio, não apenas às IPSS, mas também às associações do Concelho, tendo em conta as dificuldades que aquelas enfrentavam relativamente aos custos dos serviços e à impossibilidade de beneficiarem de alguns mecanismos de apoio social. -----

O Sr. Deputado aproveitou ainda para solicitar um ponto de situação sobre a Creche Municipal, perguntando se já existiam datas mais concretas para a conclusão da obra e para a sua entrada em funcionamento. -----

Por fim, pediu esclarecimentos relativamente ao Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais, procurando saber quais as condições previstas para o presente ano e se existiriam alterações significativas face aos anos anteriores. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente retomando o tema abordado pelo Sr. Deputado Gonçalo Ramalho, nomeadamente a importância da formação dos jovens e das experiências educativas, considerando fundamental ajudá-los a desenvolver uma consciência social e europeia mais alargada e referindo que o contacto com a história e com diferentes realidades contribuía para formar cidadãos mais conscientes e evitar a repetição dos erros do passado. -----

Relativamente ao Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais, informou que aquele tinha sido recentemente apresentado no Sardoal e que mantinha uma estrutura muito semelhante à dos anos anteriores. Garantiu que os meios humanos e materiais

necessários estavam disponíveis e em prontidão, destacando a importância da rapidez de resposta na fase inicial de qualquer incêndio. Salientou ainda o profissionalismo e a eficácia do Corpo de Bombeiros Municipal, considerando que o trabalho desenvolvido era exemplar. -----

Quanto à Creche Municipal, afirmou que continuava a manter-se o prazo inicialmente previsto para a conclusão da obra, apontado para final de 2026. Reconheceu a existência de alguns atrasos na execução de alguns trabalhos, mas referiu que, segundo o empreiteiro, aqueles eram recuperáveis dentro do calendário contratual. Manifestou ainda a expectativa de que, após a conclusão da obra, a transferência das crianças e serviços das instalações provisórias para o novo edifício pudesse ocorrer durante o primeiro trimestre de 2027. -----

Sobre as Jornadas do Associativismo, o Sr. Presidente considerou que os temas escolhidos tinham sido particularmente adequados ao contexto atual. Referiu que as questões da sustentabilidade ambiental e da gestão de resíduos eram desafios cada vez mais presentes nas associações, porque tinham sido durante muitos anos secundarizadas relativamente a outras preocupações organizativas. -----

Destacou a importância dos contributos fornecidos pela Valnor e pela Tejo Ambiente para sensibilizar as associações para a necessidade de integrar estas preocupações na preparação dos seus eventos. Reconheceu igualmente as dificuldades existentes, sobretudo no que respeitava à separação correta de resíduos e aos problemas de contaminação entre diferentes tipos de materiais. -----

Nesse âmbito, recordou que o Município já procurava promover essa mudança de comportamentos através do apoio prestado às associações, nomeadamente através do reforço da contentorização durante os eventos, assumindo diretamente os respetivos custos. -----

Relativamente ao modelo de apoio da Tejo Ambiente às IPSS, considerou muito interessante a sugestão apresentada, admitindo que poderia ser discutida futuramente a possibilidade de criar mecanismos semelhantes destinados às associações, eventualmente no contexto dos próximos planos de atividades da empresa. Sublinhou ainda que, embora os montantes atribuídos não tivessem sido particularmente elevados, o mais importante tinha sido o sinal dado pela empresa ao assumir uma componente de responsabilidade social e ao incentivar comportamentos ambientalmente mais sustentáveis. -----

Sobre a revisão do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo, recordou que a sua criação tinha tido como principal objetivo garantir critérios de igualdade e equidade no apoio às associações do Concelho. Contudo, reconheceu que a aplicação prática ao longo dos anos tinha permitido identificar diversas limitações e aspetos que necessitam de ajustamento. Nesse sentido, anunciou a intenção de abrir brevemente o procedimento para a elaboração de um novo regulamento, que deveria ser mais simples, menos burocrático e mais adaptado à realidade das associações, facilitando o acesso aos apoios municipais e reduzindo a carga administrativa atualmente existente. -----

O Sr. Deputado Aníbal Lobato iniciou a sua intervenção afirmando que o papel da sua bancada não era apenas criticar, mas também de reconhecer e valorizar aquilo que considera serem boas práticas e iniciativas desenvolvidas pelo Município. Defendeu que todos os eleitos trabalhavam com o objetivo comum de melhorar a qualidade de vida dos

sardoalenses e que, por isso, era importante destacar os aspetos positivos da atuação Municipal, felicitando o Executivo por várias iniciativas recentes, referindo em particular as atividades desenvolvidas na Piscina Municipal e as comemorações do Dia Mundial da Criança. Destacou a diversidade das ações realizadas, a participação ativa da Associação de Pais e as parcerias estabelecidas com entidades como a Valnor, considerando que aquelas iniciativas tinham sido bastante benéficas para as crianças do Concelho. -----

O Sr. Deputado elogiou ainda o funcionamento do Executivo Municipal, especialmente no contexto das reuniões de Câmara, que acompanhava regularmente. Salientou o ambiente de respeito mútuo entre os diferentes eleitos, a existência de diálogo democrático e a forma construtiva como os trabalhos eram conduzidos. Acrescentou que, na sua perceção e também na de muitos cidadãos com quem contactava, existia uma apreciação positiva relativamente à postura adotada pelos membros do Executivo e da oposição. -----

Referiu igualmente melhorias ao nível do funcionamento interno dos serviços municipais, concordando com observações anteriormente feitas pelo Deputado César Marques. Destacou uma maior rapidez de resposta, uma simplificação dos procedimentos burocráticos e uma maior objetividade na resolução de questões administrativas, tanto nas relações com as associações como no funcionamento da própria estrutura Municipal. - Passando a outro tema, retomou a questão das telecomunicações, já anteriormente levantada pelo Deputado Mauro Nogueira. Relatou a sua experiência pessoal, afirmando que se encontrava sem serviços de internet, televisão e comunicações desde o dia 23 de abril. Explicou que a situação tinha impactos significativos na sua vida familiar, uma vez que participava frequentemente em reuniões *online* e a sua esposa frequentava a Universidade Aberta através de ensino à distância, sendo por vezes obrigados a recorrer aos dados móveis dentro do automóvel para conseguir acesso à internet. O Deputado referiu ter apresentado mais de vinte reclamações à MEO/Altice sem obter uma solução eficaz. Acrescentou que continuavam a existir postes danificados, cabos caídos e outras infraestruturas degradadas em vários pontos do Concelho, nomeadamente na localidade da Venda, onde os problemas persistiam desde a tempestade Kristin. Manifestou forte preocupação com aquilo que considerava ser um abandono do interior por parte das grandes operadoras de telecomunicações, criticando o facto de empresas que apresentavam elevados lucros anuais não garantirem respostas rápidas e eficazes às populações afetadas, sublinhando que os residentes do interior acabavam frequentemente por ser os mais prejudicados. Considerou que tanto a Câmara Municipal como os restantes eleitos locais deviam continuar a pressionar e denunciar aquelas situações junto das entidades competentes. -----

Numa segunda questão, abordou assuntos relacionados com a Comissão Municipal de Trânsito e Segurança Rodoviária, da qual faz parte. Recordou que, numa reunião realizada em março, a comissão tinha emitido parecer favorável sobre diversas propostas de alteração na sinalização e organização do trânsito, e que após ter assistido à última reunião de Câmara, tinha verificado que algumas daquelas propostas tinham sido aprovadas e perguntou quando seriam implementadas, se viriam a ser apreciadas pela Assembleia Municipal e de que forma seria feita a comunicação dessas alterações aos munícipes e residentes das zonas afetadas. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara começando por responder à questão relacionada com a sinalização rodoviária. Informou que as alterações propostas tinham

sido efetivamente aprovadas na última reunião de Câmara, mas esclareceu que não considera necessária a sua apreciação pela Assembleia Municipal. Explicou que a implementação das medidas dependeria da aquisição da sinalização vertical necessária e da contratação dos trabalhos de sinalização horizontal. Embora não tivesse avançado uma data concreta para a execução, manifestou a expectativa de que pudesse acontecer em breve, dando prioridade às intervenções consideradas mais urgentes ou críticas para a segurança rodoviária. -----

Relativamente ao problema das telecomunicações, afirmou ter ficado surpreendido ao saber que a situação particular do Deputado Aníbal Lobato ainda não estava resolvida, uma vez que tinha sido uma das situações que tinha reportado diretamente à MEO em contactos anteriores. Recordou que já tinha alertado publicamente para os problemas das telecomunicações no Concelho, nomeadamente durante uma entrevista a uma rádio regional, onde denunciou aquilo que considera ser um tratamento desigual do interior face a outras regiões do país. Segundo explicou, essa tomada de posição acabou por gerar impacto mediático, tendo dado origem a uma reportagem televisiva, e que nessa sequência, tinham sido estabelecidos contactos diretos entre a Câmara Municipal e responsáveis da MEO, incluindo elementos ligados à administração da empresa. Reconheceu que muitas das situações identificadas na altura tinham sido resolvidas, mas admitiu que continuavam a surgir novos casos, apelando aos munícipes para que informassem a Câmara sempre que existissem problemas persistentes, para que o Município pudesse transmitir essas situações à operadora através dos canais de comunicação entretanto estabelecidos. -----

Comprometeu-se ainda a acompanhar pessoalmente a situação relatada pelo Sr. Deputado Aníbal Lobato e também o problema existente na Venda, procurando pressionar a empresa para encontrar uma solução. -----

Por fim, reconheceu que continuavam visíveis no território diversos sinais dos danos provocados pelas tempestades, como postes danificados e cabos caídos, admitindo que a resolução completa daquelas situações poderia demorar algum tempo. Ainda assim, considerou positiva a melhoria da comunicação institucional entre o Município e a operadora, que tinha permitido uma resposta mais célere a alguns dos problemas reportados. -----

Foi dada a palavra ao Sr. Deputado Fernando Martins que iniciou a sua intervenção questionando o Sr. Presidente da Câmara sobre o novo regulamento das habitações municipais da Tapada da Torre, referindo que aquele tinha sido anunciado há cerca de seis meses sem que tivesse ainda sido apresentado. Solicitou esclarecimentos sobre o estado do processo e perguntou igualmente qual era a situação atual da cobrança das rendas em atraso, querendo saber quantos arrendatários continuavam sem pagar renda nos bairros sociais e se existiam casos em que não era efetuado qualquer pagamento. -----

De seguida, abordou uma proposta anteriormente apresentada pelo partido Chega, relativa à isenção da taxa de ocupação da via pública para colocação de andaimes destinados à pintura de edifícios. Recordou que, quando propôs a isenção de 30 dias, o Executivo tinha justificado a rejeição da medida com a perda de receita para o Município. No entanto, referiu que mais tarde tinha sido aprovada em reunião de Câmara uma isenção de 90 dias, manifestando satisfação pelo benefício concedido aos munícipes, mas

questionando o que tinha levado o Executivo a alterar a sua posição relativamente àquela matéria. -----

O Sr. Deputado chamou também a atenção para o estado de degradação da Rua do Sarabando, situada no centro da vila, afirmando que a via apresentava inúmeros buracos e necessitava de uma intervenção urgente. Considerou que, apesar de compreender que o Município não podia intervir em todas as estradas ao mesmo tempo, aquela artéria merecia prioridade devido à sua localização e ao estado em que se encontrava o seu pavimento. -----

Por fim, apresentou uma proposta para alterar as datas de realização de duas feiras tradicionais do Sardoal que se realizavam ao domingo, sugerindo que o Mercado de Janeiro e a Feira da Primavera passassem a realizar-se na sexta-feira anterior, em vez de ao domingo, devido à coincidência daquelas datas com os mercados das Mouriscas e de Alcaravela e, na segunda-feira seguinte, com o mercado de Abrantes, situação que, no seu entender, reduziam significativamente a participação de feirantes e visitantes no Sardoal. Considerou que aquela alteração poderia contribuir para preservar a importância e a continuidade daqueles certames. -----

Em resposta, o Sr. Presidente da Câmara referiu que a última proposta era interessante e merecedora de análise. Explicou que o Executivo já vinha refletido sobre a diminuição da participação de feirantes e visitantes naqueles mercados e reconheceu que se tratava de um problema que se tinha agravado ao longo dos anos. Apesar de não considerar totalmente evidente que a concorrência dos mercados vizinhos fosse a única causa, admitiu que poderia fazer sentido flexibilizar as datas daquelas feiras para evitar coincidências com outros mercados da região, nomeadamente os de Abrantes, Entroncamento e Tomar, comprometendo-se a analisar a proposta apresentada. -----

Relativamente à isenção da taxa para colocação de andaimes, o Sr. Presidente afirmou não se rever na interpretação de que alguma vez tenha sido contra a medida. Recordou que, durante a campanha eleitoral, já tinha elogiado publicamente a proposta, considerando-a um incentivo à reabilitação e embelezamento das habitações do Concelho. Explicou que a decisão posteriormente tomada pelo Executivo tinha consistido em alargar o período de isenção para 90 dias, para ser coerente com o período da campanha da cal, mas abrangendo não apenas obras de pintura com cal, mas também outras intervenções de conservação, de forma a garantir igualdade de tratamento entre todos os proprietários. Reconheceu igualmente que a proposta tinha tido origem no partido Chega, atribuindo-lhe esse mérito. -----

Quanto ao regulamento das habitações da Tapada da Torre, informou que o documento se encontra praticamente concluído, faltando apenas a sua análise final. Esclareceu que o regulamento tinha de respeitar as orientações do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, uma vez que a reabilitação do edifício tinha sido financiada no âmbito do programa Primeiro Direito. Acrescentou ainda que o Município já tinha iniciado o processo de atualização dos rendimentos dos arrendatários, passo necessário para proceder à revisão das rendas. -----

Sobre a cobrança das rendas em atraso, o Sr. Presidente garantiu que todas as dívidas seriam tratadas, mas defendeu que cada situação devia ser analisada individualmente, tendo em conta a realidade económica e social de cada agregado familiar. Admitiu a possibilidade de celebrar acordos de pagamento sempre que existissem dificuldades

financeiras comprovadas, procurando conciliar o interesse do Município na cobrança das receitas com uma resposta socialmente equilibrada para as famílias em situação de maior vulnerabilidade. -----

Relativamente ao estado da Rua do Sarabando, reconheceu que a via necessitava de intervenção, embora tivesse salientado que existiam outras ruas do Concelho em condições semelhantes, como a entrada dos Andreus, a Ribeira Acima, a rua da Escola de Condução e a Travessa de Sta. Catarina. Explicou que o Município tinha que estabelecer prioridades na execução dos trabalhos de pavimentação, não podendo garantir uma intervenção imediata naquela rua. Ainda assim, assegurou que os serviços municipais continuariam a realizar reparações pontuais com recurso a massa asfáltica sempre que necessário. -----

Foi dada a palavra à Sra. Deputada Vanessa Milheiriço que iniciou a sua intervenção retomando o tema da conservação das estradas, defendendo que, embora não existisse ainda uma previsão para a realização de novos trabalhos de pavimentação, seria importante proceder, pelo menos, à reparação dos buracos existentes, sobretudo nas estradas das aldeias. Salientou que, naquela altura do ano, muitos emigrantes regressavam ao Concelho e considerou que a melhoria das condições de circulação deveria constituir uma prioridade, referindo que, no percurso entre a sua residência e a estrada nacional, existiam vários buracos que ilustravam o estado de degradação de algumas vias. -----

A Sra. Deputada chamou ainda a atenção para uma situação de segurança na entrada da localidade de Cabeça das Mós, junto ao cemitério, onde os cabos de eletricidade permaneciam demasiado baixos desde a ocorrência do temporal. Informou que já tinha comunicado a situação por diversas vezes, mas que, até ao momento, o problema continuava por resolver. -----

Em resposta, o Sr. Presidente da Câmara afirmou que o Município iria reportar novamente a situação à E-Redes, salientando que aquela entidade, em regra, respondia de forma satisfatória às solicitações apresentadas pelo Município, quer na reparação de avarias, quer na reposição e instalação de novos pontos de iluminação pública. Acrescentou que Cabeça das Mós já havia beneficiado recentemente de algumas daquelas intervenções. ---

Relativamente ao estado das estradas, o Sr. Presidente esclareceu que o Município não realizava reparações pelo regresso dos emigrantes, mas sim sempre que existia necessidade de garantir boas condições de circulação para todos os utilizadores das vias. Reafirmou o compromisso de continuar a reparar os buracos existentes e destacou a importância da colaboração das Juntas de Freguesia na identificação e sinalização dos locais que necessitavam de intervenção. Explicou que aquela proximidade permitia uma resposta mais rápida por parte dos serviços municipais e, em algumas situações, possibilitava mesmo que as próprias Juntas de Freguesia executassem pequenas reparações diretamente, contribuindo para uma resolução mais célere dos problemas. -----

Intervenção do Público;

Foi dada a palavra ao munícipe Sr. Manuel Luís Costa, que começou por felicitar o Executivo Municipal pela requalificação do espaço da Fonte das Três Bicas, considerando que a intervenção tinha devolvido dignidade e valorizado aquele espaço histórico, que, na sua opinião, permanecia há muito tempo desvalorizado. Apesar do reconhecimento, lamentou o estado de abandono da zona envolvente, nomeadamente da ribeira,

manifestando a esperança de que também essa área viesse a ser alvo de uma intervenção de limpeza e valorização. -----

O munícipe elogiou igualmente a programação do Encontro Internacional de Piano, destacando a qualidade dos espetáculos previstos e fazendo uma referência especial à participação de músicos sardoalenses e elementos da Filarmónica e manifestando grande admiração pela dedicação e qualidade artística dos jovens músicos do Concelho. -----

Chamou ainda a atenção para uma situação de segurança rodoviária, alertando para a circulação frequente de uma ou duas trotinetes elétricas em elevada velocidade na rua principal da vila, considerando que aquele comportamento representava um risco sério para peões e automobilistas e apelou à adoção de medidas antes que ocorresse algum acidente grave. -----

Por último, questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre o ponto de situação da reabertura da Rua da Portela, encerrada na sequência dos danos provocados pelo temporal. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara referindo que, relativamente à circulação das trotinetes elétricas, se tratava de uma situação preocupante, comprometendo-se a procurar sensibilizar diretamente os seus utilizadores para a necessidade de adotarem uma condução mais responsável, embora tenha reconhecido que aquele tipo de situações levantava questões mais amplas relacionadas com a utilização daqueles equipamentos na via pública e com a segurança de peões e condutores. -----

Quanto à Rua da Portela, informou que os serviços técnicos do Município tinham reunido recentemente com o proprietário do imóvel afetado, para encontrar uma solução que permitisse restabelecer a circulação o mais rapidamente possível. Explicou que tinha sido igualmente promovido o contacto com a Tejo Ambiente para viabilizar a reposição provisória das infraestruturas necessárias, enquanto o proprietário prepara a execução das obras definitivas. Referiu que o proprietário tinha encontrado uma solução financeiramente mais viável para realizar a intervenção, reconhecendo, contudo, que se tratava de uma obra com custos elevados e que ninguém estaria preparado para suportar um prejuízo daquela dimensão. Salientou que o objetivo imediato do Município era garantir uma solução provisória que permitisse reabrir a via em condições de segurança, mesmo antes da conclusão da obra definitiva, tendo em conta a sua importância para a circulação na zona histórica e para os residentes, alguns dos quais com mobilidade reduzida. -----

Relativamente à Fonte das Três Bicas, o Sr. Presidente confirmou que a intervenção efetuada fazia parte de um plano mais alargado de valorização da zona histórica. Explicou que a intenção do Município era continuar a recuperar outros elementos patrimoniais, como fontes, muros e floreiras, procurando melhorar progressivamente a imagem do espaço público. Reconheceu, porém, que a disponibilidade dos serviços municipais num período de férias e a aproximação do inverno poderiam condicionar o ritmo daquelas intervenções. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal aproveitou para recordar que os Deputados municipais e os cidadãos não precisavam de aguardar pelas sessões da Assembleia Municipal para apresentar preocupações ao Executivo. Incentivou todos a recorrerem, sempre que necessário, ao contacto direto com o Sr. Presidente da Câmara e Vereadores, nomeadamente através da solicitação de audiências nos seus gabinetes, permitindo que

alguns problemas pudessem ser analisados e resolvidos com maior rapidez entre sessões da Assembleia Municipal. Acrescentou que estas questões podiam, posteriormente, voltar a ser abordadas em Assembleia para acompanhamento da sua evolução. -----

Ordem de Trabalhos:

1. VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR;

Posta a votação, a ata da sessão anterior foi aprovada por unanimidade. -----

2. INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA, EM CUMPRIMENTO DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º, DA LEI N.º 75/ 2013, DE 12 DE SETEMBRO;

O Sr. Presidente da Câmara apresentou a informação relativa à atividade desenvolvida pelo Executivo e à dinâmica da Câmara Municipal, destacando, entre outros assuntos, o ponto de situação da revisão do Plano Diretor Municipal (PDM). Informou da realização uma reunião com a CCDR-LVT, em Lisboa, na qual tinham sido definidos os próximos passos para o processo de revisão do PDM e que, na sequência da análise dos pareceres emitidos pelas diversas entidades, favoráveis ou desfavoráveis, o Município deveria apresentar propostas para dar resposta às questões levantadas e as entidades poderiam posteriormente apresentar novas sugestões, que poderiam ou não ser acolhidas pelo Município. -----

Referiu que, após aquela fase, deveria realizar-se uma conferência decisória, da qual resultaria o documento final. Sublinhou, contudo, que o processo ainda envolvia algum trabalho da equipa projetista, estando prevista uma reunião com a CCDR e algumas das entidades envolvidas, nomeadamente a REN. Manifestou a expectativa de que, com o caminho agora definido, fosse possível cumprir a meta de concluir o processo durante o corrente ano. -----

Relativamente à expansão da Zona Industrial, informou que, na sequência dos contactos realizados, tinha sido possível encontrar uma solução que poderia permitir desenvolver o projeto e o plano de pormenor da expansão da Zona Industrial sem ficar dependente da conclusão e publicação do novo PDM. Segundo a informação transmitida pela CCDR, a possibilidade de recurso a normas provisórias permitiria, desenvolver este processo em paralelo com a revisão do PDM, reforçando que a expansão da Zona industrial continuava a ser uma prioridade do Executivo -----

No que respeita à situação financeira, informou que a entrada em vigor de nova legislação relativa aos compromissos e pagamentos em atraso tinha vindo alterar a definição de pagamento em atraso, passando este a ser considerado a partir do vencimento da fatura, e não após 90 dias daquele. Disse que aquela alteração teria impacto na gestão da tesouraria Municipal e obrigaria à revisão de algumas estratégias relativamente às obras e investimentos previstos. Informou que o prazo médio de pagamento se situava nos 46 dias e que a dívida Municipal era inferior a 268.000€. Referiu ainda que, em consequência da referida alteração legislativa, existiam cerca de 400.000€ de pagamentos considerados em atraso, situação que o Município estava a procurar regularizar nos dias seguintes, tendo para tal, sido solicitada a antecipação do duodécimo. -----

Quanto aos processos judiciais, informou que se mantinham os processos em tribunal, salientando que, relativamente a um dos processos, já existia parecer favorável do Ministério Público a favor do Município, e que se aguardava a respetiva sentença. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal manifestou preocupação relativamente à alteração das regras dos pagamentos em atraso, considerando que a alteração legislativa

teria um impacto significativo na situação financeira apresentada pelo Município. A esse respeito, questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre a existência ou não de algum aviso prévio relativamente à alteração da legislação, sobre a existência ou não de um período transitório e sobre a forma como o Executivo pensava ultrapassar o impacto na tesouraria resultante da nova regra. -----

O Sr. Presidente esclareceu que a alteração tinha surgido com a publicação do respetivo Despacho e que o Município não tinha tido conhecimento prévio ou indícios de que a mesma fosse ocorrer. Referiu que a alteração obrigaria a repensar algumas estratégias de gestão, nomeadamente no que respeita às obras previstas para o corrente ano, sem comprometer a execução das pertencentes aos Investimentos Territoriais Integrados. Contudo, informou que tinha sido solicitada a antecipação do duodécimo, e que os serviços de contabilidade estavam a proceder à regularização dos pagamentos agora em atraso. -----

Foi dada a palavra ao Sr. Deputado Carlos Duarte, que questionou o Executivo sobre a expansão da Zona Industrial. Considerando que a falta de espaço disponível na Zona Industrial impedia a instalação de empresas no Concelho, com consequências ao nível da criação de emprego e do desenvolvimento económico, salientou que aquela expansão constituía uma prioridade para o Concelho, que existia um financiamento de cerca de dois milhões de euros no âmbito das ITI e questionou se o financiamento se encontrava assegurado e qual o prazo previsto para a concretização da expansão. -----

Questionou ainda o Executivo sobre os pareceres emitidos no âmbito da revisão do PDM, nomeadamente os pareceres desfavoráveis da Direção-Geral do Território, da Direção-Geral de Agricultura e Pescas e do ICNF, procurando saber quais as razões subjacentes a essas posições. -----

O Sr. Presidente da Câmara esclareceu que os pareceres emitidos pelas diversas entidades eram, em grande parte, de natureza técnica, envolvendo matérias relacionadas com cartografia, recursos hídricos, REN, RAN e outras questões que estavam a ser analisadas pela equipa projetista e pelos técnicos municipais. -----

Referiu que alguns dos pareceres desfavoráveis resultavam de exigências específicas das entidades, dando como exemplo a necessidade de determinados estudos relacionados com recursos hídricos exigidos pela APA e que o Município não tinha como realizar. Salientou, contudo, que um parecer desfavorável não significava necessariamente que o PDM ficasse inviabilizado, sendo no entanto necessário analisar e responder às questões colocadas e justificar as situações em que o Município não concordasse com as propostas apresentadas. -----

Quanto à Zona Industrial, reafirmou que a expansão não estava em risco e que já tinham sido dadas indicações para se começar a trabalhar com uma equipa projetista. Explicou que o processo envolveria a negociação de propriedades e a elaboração de vários projetos e especialidades, pelo que não era possível garantir uma data concreta para a sua conclusão. Reforçou, contudo, que a reunião com a CCDR tinha permitido concluir que as condicionantes existentes não deveriam constituir um bloqueio à expansão, podendo ser utilizada uma solução através de normas provisórias, permitindo desenvolver o processo em paralelo com a revisão do PDM. -----

O Sr. Deputado lamentou a longa duração do processo de revisão do PDM e colocou duas questões sobre obras ainda não iniciadas. Começou pelo Parque Habitacional da Fonte da

Estrada, questionando se as alterações introduzidas no projeto e que estavam a ser analisadas pelo IHRU, tinham provocado atrasos no cronograma inicialmente previsto e qual a previsão para o início da obra. -----

Relativamente ao Espaço de Cowork, questionou as razões pelas quais o concurso público tinha ficado deserto e qual o novo calendário previsto para a execução da obra. -----

O Sr. Presidente da Câmara explicou não ser possível identificar uma única razão para o concurso ter ficado deserto, podendo estar relacionado com os preços previstos, a indisponibilidade das empresas para realizar a obra no prazo estabelecido ou a elevada quantidade de obras atualmente em curso, nomeadamente no âmbito do PRR. Informou que o Município estava a reformular o projeto com o objetivo de encontrar uma solução mais equilibrada e reduzir os custos. Referiu que existia financiamento destinado à intervenção, sendo no entanto necessário apresentar nova candidatura. O objetivo seria apresentar a candidatura o mais rapidamente possível, apontando para o final de julho, e, caso tudo decorresse favoravelmente, iniciar a obra antes do final do ano. -----

Quanto ao Parque Habitacional da Fonte da Estrada, informou que o processo se encontrava em condições de avançar para o procedimento de contratação, estando prevista uma reunião com o IHRU para formalizar uma adenda ao protocolo, na sequência das alterações ao projeto e do necessário reforço da verba. Esclareceu que, embora não fosse possível indicar naquele momento uma data concreta para o início da obra, mantinha a expectativa de que pudesse avançar ainda durante o corrente ano. Referiu ainda que existiam alterações previstas no financiamento comunitário, com um reforço das verbas destinadas à habitação a custos acessíveis. -----

Interveio o Sr. Deputado Adérito Garcia começando por se referir à revisão do PDM, manifestando a expectativa de que o processo pudesse estar concluído até ao final do ano. Questionou ainda sobre os pareceres relativos aos recursos hídricos, referindo que situações semelhantes deveriam ter-se verificadas noutros Municípios e que se poderiam analisar. -----

Relativamente à Zona Industrial, manifestou satisfação pela possibilidade de se encontrar uma solução que permitisse acelerar o processo, embora tenha questionado de que forma seriam ultrapassadas as condicionantes existentes relacionadas com a REN e a RAN. -----

Questionou também sobre a alteração das regras relativas aos pagamentos em atraso, pedindo esclarecimento se anteriormente existia uma interpretação diferente da legislação e qual o plano que o Município pretendia adotar para regularizar os cerca de 400.000€ agora considerados como pagamentos em atraso. Questionou ainda se aquele plano poderia ser partilhado com os membros da Assembleia Municipal. -----

O Sr. Presidente da Câmara esclareceu que a alteração legislativa tinha entrado em vigor a 1 de junho de 2026, através da Lei n.º 24/2026, alterando as regras anteriormente aplicáveis aos pagamentos em atraso. -----

Confirmou que os cerca de 400.000€ de pagamentos em atraso seriam regularizados nos dias seguintes, encontrando-se os serviços municipais a trabalhar nesse sentido. -----

Relativamente à Zona Industrial, voltou a esclarecer que a solução apresentada pela CCDD não correspondia a uma exceção ao PDM, mas que, após a realização da conferência decisória prevista no processo de revisão, poderia ser possível recorrer às normas provisórias para permitir a alteração necessária e avançar com a intervenção na Zona

Industrial, sem necessidade de aguardar pela aprovação e publicação definitiva do novo PDM. -----

3. TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS DO MUNICÍPIO PARA AS FREGUESIAS - ANO 2027;

O Sr. Presidente da Câmara apresentou a proposta de ajustamento dos valores a transferir para as Freguesias, no âmbito da delegação de competências do Município. Esclareceu que aquelas transferências se destinavam exclusivamente à execução de competências que pertenciam ao Município e que eram delegadas nas Juntas de Freguesia, designadamente a manutenção de sinalização, de alguns parques, valetas e outros trabalhos semelhantes. Sublinhou que não estavam em causa competências próprias das Juntas de Freguesia, considerando importante distinguir claramente as competências de cada entidade. -----

Referiu que não se propunha qualquer alteração às competências atualmente delegadas, nomeadamente no que respeitava aos licenciamentos, que permaneciam na Câmara Municipal, uma vez que uma eventual transferência dessas competências implicaria recursos humanos e capacidades técnicas adicionais inexistentes nas Juntas de Freguesia. Explicou que os valores inicialmente definidos tinham sido calculados tendo por base as despesas estimadas para a realização dos trabalhos delegados e informou que o Município pretendia, num futuro próximo e através de contratos interadministrativos, estabelecer outros acordos com as Juntas de Freguesia para a execução de determinados trabalhos, bem como enquadrar outros apoios prestados pelo Município às Freguesias, designadamente no serviço de coveiros e na utilização de património Municipal. -----

Relativamente aos valores propostos, informou que aqueles tinham sido objeto de concertação e entendimento entre o Município e as Juntas de Freguesia, propondo-se para 2027 um aumento de 7,7%, tendo em consideração não só a inflação, mas também o aumento expectável do salário mínimo nacional. -----

O Sr. Presidente considerou que aquele deveria ser um processo de avaliação contínua, de forma a avaliar se os montantes eram ou não justos e os necessários, referindo no entanto, que para tal, seria necessário as Juntas de Freguesia efetuarem um levantamento rigoroso das despesas efetivamente tidas com a execução das competências delegadas. Manifestou assim a expectativa de que, em 2027, fosse possível apresentar valores mais ajustados à realidade de cada Junta de Freguesia. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal recordou que as competências abrangidas pela delegação em causa estavam, em grande parte, previstas na legislação como competências a exercer pelas Juntas de Freguesia, não constituindo, portanto, uma escolha arbitrária do Município. -----

Referiu ainda que a deliberação em apreciação envolvia essencialmente três questões: a aprovação dos valores a transferir para as Juntas de Freguesia, a manutenção das competências atualmente delegadas e a autorização para a celebração dos autos de transferência de recursos financeiros do Município para as Juntas de Freguesia. -----

Interveio o Sr. Deputado Fernando Vasco salientando a proximidade das Juntas de Freguesia às populações e defendendo que deveria existir uma maior delegação de competências acompanhada da correspondente atribuição de meios financeiros, de modo a permitir às Juntas de Freguesia responder adequadamente às necessidades das populações. -----

Em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, considerou que o aumento de 7,7% proposto para 2027 era insuficiente, defendendo que deveriam ser atribuídos mais meios às Juntas de Freguesia para que estas pudessem exercer eficazmente as competências delegadas. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal salientou que, embora pudesse existir a perceção de que o aumento era reduzido, só com uma análise analítica e detalhada das despesas efetivamente suportadas pelas Juntas de Freguesia com as competências delegadas, seria possível avaliar se os valores eram ou não insuficientes, adequados ou eventualmente superiores às necessidades. Defendeu, por isso, que essa avaliação deveria ser realizada posteriormente, permitindo que os valores fossem ajustados com base em dados concretos e não de forma empírica. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Sardoal manifestando a sua discordância relativamente ao aumento de 7,7%, considerando-o insuficiente face às responsabilidades e necessidades da Freguesia, uma vez que, partindo da verba de 25.449€ atribuída em 2026, o aumento proposto correspondia a cerca de 1.960€, perfazendo um total de aproximadamente 27.409€ em 2027. Salientou que, apesar da discordância do valor, face aos prazos para envio à DGAL, ou concordava ou teria que ficar com o valor de 2026. -----

Salientou que a Freguesia de Sardoal, integrando a sede do Concelho e possuindo 1.969 habitantes, a Junta de Freguesia assegurava diversas responsabilidades e serviços de proximidade, implicando despesas significativas com a manutenção e limpeza dos espaços públicos, corte de vegetação, conservação das aldeias, recuperação de caminhos rurais e outras intervenções e que, para assegurar aqueles trabalhos, era frequentemente necessário recorrer a serviços externos e maquinaria especializada, considerando que a verba proposta não refletia adequadamente os encargos assumidos pela Junta. -----

Manifestou ainda a sua discordância relativamente ao processo seguido, considerando que deveria ter existido um diálogo mais próximo entre o Município e os Presidentes das Juntas de Freguesia antes da definição dos valores. Defendeu que uma maior articulação teria permitido avaliar de forma mais rigorosa as necessidades reais de cada Junta de Freguesia. -----

Concluiu reiterando a sua discordância relativamente ao valor atribuído à Junta de Freguesia de Sardoal e a expectativa de que a verba pudesse futuramente ser revista e ajustada às responsabilidades efetivamente assumidas. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Assembleia Municipal esclarecendo que algumas das intervenções referidas pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Sardoal eram competências próprias da Junta e que, por isso, não poderiam ser consideradas para efeitos do valor da transferência em análise, concordando no entanto, com a necessidade de uma aferição mais rigorosa dos encargos realmente associados às competências delegadas. -----

Referiu ainda existir uma especificidade relativamente à Freguesia de Sardoal, uma vez que a delegação de competências para a sua Junta de Freguesia possuía um anexo que delimitava determinadas áreas cuja responsabilidade continuavam a pertencer ao Município, designadamente a zona compreendida entre as piscinas, o Ribeiro Barato e a Rua do Sarabando. Considerou que esta circunstância teria sido igualmente tida em conta no cálculo dos valores propostos. -----

Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Alcaravela que manifestou também a sua insatisfação com o aumento de 7,7%, referindo que as expectativas da sua Junta de Freguesia eram superiores. -----

Salientou os custos associados à execução dos trabalhos, nomeadamente com combustível e utilização de maquinaria, dando como exemplo a elevada utilização da máquina ao serviço da Freguesia. Considerou que o valor atribuído poderia revelar-se insuficiente para fazer face às necessidades existentes. -----

O Sr. Presidente da Assembleia voltou a referir que, face às anteriores intervenções, era muito urgente, realizar uma aferição analítica e rigorosa dos custos reais suportados pelas Juntas de Freguesia na execução das competências delegadas. -----

O Sr. Presidente da Câmara reiterou que os valores propostos resultavam da análise efetuada e de um entendimento estabelecido com as Juntas de Freguesia, reiterando também que a transferência em causa dizia respeito exclusivamente às competências delegadas pelo Município. -----

Relativamente à diferenciação entre Freguesias, esclareceu que, no âmbito daquelas competências, todas as Juntas se encontram em situação equivalente quanto aos trabalhos que lhes eram solicitados, embora existissem especificidades próprias de cada Freguesia. -----

Referiu, a título de exemplo, que a Junta de Freguesia de Sardoal não tinha a seu cargo determinadas áreas urbanas e zonas verdes que eram asseguradas por outras Juntas de Freguesia, apontando como exemplo a zona de lazer da Lapa, cuja manutenção era assegurada pelo Município e a zona de lazer da Rosa Mana que era assegurada pela Junta de Freguesia de Alcaravela. -----

Esclareceu ainda que a manutenção das estradas municipais era da responsabilidade da Câmara, enquanto que, a dos caminhos florestais eram competência própria das Juntas de Freguesia. -----

Quanto à questão do diálogo entre o Município e as Juntas, reconheceu a necessidade de melhorar o processo, mas salientou que o Município tinha mantido sempre uma postura de colaboração e apoio com as Juntas de Freguesia sempre que aquelas solicitavam auxílio, designadamente através da cedência de máquinas e outros meios. -----

Recordou ainda que na celebração de contratos interadministrativos prevista poderia ser enquadrado o apoio prestado pelo Município às Juntas, permitindo assim clarificar as responsabilidades e os respetivos encargos. -----

Reforçou novamente que existia abertura para proceder aos necessários ajustamentos quando fosse realizada uma análise concreta das despesas suportadas pelas Juntas, quer através de meios próprios, quer através da contratação de serviços externos, permitindo assim determinar, com base em dados objetivos, quais os valores adequados às necessidades efetivas de cada Junta de Freguesia. -----

Na sequência da intervenção do Sr. Presidente da Câmara, foi esclarecido pelo Presidente da Junta de Freguesia de Sardoal que a referência à falta de diálogo dizia respeito apenas ao processo de definição dos valores para 2027, referindo que, na reunião realizada com o Sr. Vice-Presidente, esperava discutir e negociar os valores, mas que a reunião tinha tido um carácter essencialmente informativo, tendo sido comunicados os montantes que iriam ser atribuídos. -----

Na sequência, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Mauro Nogueira que questionou qual a fundamentação para os Deputados do Partido Socialista considerarem que o aumento de 7,7% era insuficiente e para afirmarem que se estivessem à frente dos destinos do Concelho, atribuiriam um valor muito superior e qual seria, concretamente, considerando que o valor correspondia essencialmente à conjugação do aumento previsto do salário mínimo nacional com o da inflação. -----

Por outro lado, questionou os Srs. Presidentes de Junta e o Sr. Presidente da Câmara se, no ano anterior, os valores transferidos tinham sido efetivamente insuficientes para assegurar os trabalhos delegados, e em caso afirmativo, se as Juntas de Freguesia tinham realizado algum levantamento dos custos efetivamente suportados em 2025 para aferir o montante adicional em falta e qual era esse valor. Concluiu, salientando que, sem esse levantamento objetivo dos custos, seria difícil determinar se o aumento proposto era insuficiente, adequado ou excessivo. -----

Considerando a alínea k) do nro. 1, do artigo 25º da Lei 75/ 2013, de 112 de setembro e de acordo com a Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto e o Decreto-lei n.º 57/2019 de 30 de abril, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade aprovar: -----

- A atualização dos valores dos Autos de Transferência de Recursos financeiros para as Juntas de Freguesia do Concelho de Sardoal, relativos ao ano de 2027, com aplicação de uma taxa de 7,7% sobre os montantes em vigor para 2026, correspondente ao somatório do aumento do Salário Mínimo Nacional de 2027 (5,4%) e da taxa de inflação registada em 2026 (2,3%); -----

- Manter inalteradas as competências delegadas às Juntas de Freguesia, nos termos dos Autos de Transferência de Recursos celebrados em 2022; -----

- Autorizar a celebração de novos Autos de Transferência de Recursos com cada Junta de Freguesia, refletindo os valores aprovados para 2027. -----

4. AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA PARA CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS (2026 E 2027);

O Sr. Presidente da Câmara referiu que a proposta de adjudicação apresentada resultava, por um lado, do histórico e do trabalho anteriormente desenvolvido pelo Município com a entidade em causa e, por outro, da análise realizada pelos serviços municipais relativamente aos custos praticados no mercado. -----

Esclareceu que aquela análise tinha tido por base os valores disponíveis na plataforma Base.Gov, permitindo ao Município avaliar os preços praticados por entidades da mesma área e fundamentar a proposta de adjudicação apresentada. -----

Considerando o artigo 77º, da Lei nro. 73/ 2013, de 3 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade, aprovar a proposta do Executivo Municipal e nomear a empresa Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, para prestação de serviços de certificação legal de contas. -----

5. TEJO AMBIENTE, EIM, S.A - PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO 2025;

O Sr. Presidente da Câmara destacou como aspeto positivo o resultado líquido do exercício da Tejo Ambiente, no valor de aproximadamente 1,710.000€, considerando que aquele resultado demonstrava que a empresa estava a atingir uma situação de maior estabilidade e funcionamento regular e que aquela situação poderia proporcionar à empresa maior flexibilidade financeira para começar a antecipar e desenvolver novos projetos e investimentos que se revelassem necessários. -----

Foi dada a palavra ao Sr. Deputado Adérito Garcia que recordou o percurso da Tejo Ambiente desde a sua criação, referindo que a empresa tinha atravessado algumas dificuldades iniciais, nomeadamente devido a pressupostos incorretos no estudo que esteve na base da sua constituição e a questões relacionadas com o IVA. -----
Considerou, contudo, que aquelas questões pertenciam ao passado e que o mais importante era olhar para o futuro, salientando como positivo o resultado líquido apresentado. -----
Alertou no entanto, para o facto daquele resultado ser suportado, em última análise, pelos munícipes dos vários Concelhos que integravam a Tejo Ambiente. Considerou, por isso, que a empresa deveria começar a refletir sobre a sua dimensão social, podendo, no futuro, ponderar uma redução dos valores tarifários cobrados aos consumidores. -----
Referiu que uma parte significativa dos custos da empresa estava associada a despesas que não dependiam diretamente da sua gestão, como a aquisição de água em alta e os contratos de recolha de resíduos urbanos, defendendo, contudo, que, retirados aqueles custos, existia ainda uma parcela significativa que dependia da gestão interna da empresa. Salientou assim que a Tejo Ambiente deveria manter uma gestão financeira rigorosa e eficiente, procurando controlar os custos ao máximo, uma vez que a sua atividade tinha impacto direto nas despesas dos munícipes. Sublinhou ainda que a água e a gestão de resíduos correspondiam a serviços essenciais e que, por isso, deviam ser geridos com especial responsabilidade. -----
Tomou a palavra o Sr. Presidente da Assembleia Municipal chamando a atenção para o facto da fatura da água não refletir exatamente o custo da água, por incluir o custo dos resíduos não separados e alertou para o aumento muito significativo, num futuro próximo, dos custos associados aos resíduos, em resultado das exigências de sustentabilidade ambiental. -----
Relativamente às tarifas, considerou pertinente discutir a relação entre os resultados positivos da Tejo Ambiente e os valores pagos pelos munícipes, uma vez que era habitualmente referido que as tarifas correspondiam aos valores aprovados pela ERSAR. ---
Defendeu por isso que seria útil promover um esclarecimento mais aprofundado sobre aquela matéria, eventualmente através da presença de um técnico da Tejo Ambiente numa futura reunião, de forma a explicar aos membros da Assembleia o funcionamento dos custos e das tarifas, dada a complexidade do assunto. -----
Referiu-se ainda à futura obrigatoriedade de desafetação da cobrança dos resíduos da fatura da água, esclarecendo que aquela alteração já estava a ser aplicada ao comércio e que, dentro em breve, deveria também abranger os consumidores domésticos. -----
Foi dada a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Lobato que abordou a questão da reciclagem e manifestou preocupação relativamente à mensagem que era transmitida às crianças nas escolas. Referiu que existia um trabalho educativo desenvolvido junto dos alunos no sentido de incentivar a separação e reciclagem dos resíduos, sendo utilizadas nas escolas estruturas e equipamentos próprios para esse efeito, mas que as crianças tinham conhecimento por via de pais que trabalhavam na Valnor, que os resíduos separados nos diferentes ecopontos — nomeadamente amarelo, verde e azul — acabavam por ser recolhidos em conjunto, o que considera contraditório com o trabalho de sensibilização realizado junto das crianças. -----

Defendeu a necessidade de esclarecer e melhorar os procedimentos de recolha e tratamento dos resíduos, de modo a garantir que a separação efetuada pela população e pelas escolas tivesse efetivamente continuidade no processo de recolha e encaminhamento para reciclagem. -----

O Sr. Presidente da Assembleia referiu que não pretendia alongar mais a reunião, mas que não poderia deixar de referir que não era verdade o que tinha sido transmitido às crianças. Considerando a alínea a), do nro.2, do artigo 25º, da Lei nro. 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal tomou conhecimento da Prestação de Contas do ano de 2025, da Empresa Tejo Ambiente, E.I.M., S.A. -----

6. PROPOSTA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADA DE 2025;

O Sr. Presidente da Câmara esclareceu que, tendo em consideração a participação do Município na Tejo Ambiente (5,58% do capital da empresa), o valor refletido nas contas municipais correspondia àquela mesma percentagem do resultado líquido apresentado pela empresa. -----

Considerando o artigo 76º, da Lei 73/2013, de 3 de setembro, bem como o artigo 75º da mesma Lei, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por maioria, aprovar os documentos de prestação de contas consolidada, com 11 votos a favor (PSD e Chega), 6 votos contra (PS) e duas abstenções (Presidentes das Juntas de Freguesia de Alcaravela e Sardoal). -----

7. REVISÃO ORÇAMENTAL NRO. 2 DO ORÇAMENTO E NRO. 1 DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO.

O Sr. Presidente da Câmara explicou ter havido necessidade de proceder à alteração da natureza de uma receita e despesa relacionada com a aquisição de viaturas prevista pelo Município, nomeadamente a aquisição de uma nova ambulância, destinada a dar cumprimento ao protocolo existente com o INEM, bem como de uma carrinha de 15 lugares, destinada a substituir uma viatura atualmente utilizada, nomeadamente no âmbito da educação e do apoio ao associativismo. -----

Esclareceu que, embora a legislação permitisse o prolongamento do período de utilização das viaturas para além dos 16 anos, a situação atual da frota Municipal justificava a sua substituição. -----

Informou ainda que, no âmbito das Grandes Opções do Plano, tinha sido alterada a designação de um dos projetos, passando a contemplar os fenómenos meteorológicos severos, tendo em conta o aumento da ocorrência de fenómenos extremos registados recentemente. -----

Considerando a alínea a) do nro. 1 do artigo 25º da Lei nro. 75/2013, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade, aprovar Revisão ao Orçamento N.º 2 e a Revisão às Grandes Opções do Plano N.º 1. -----

Em seguida, e considerando o nº 3 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e o nº 4, do artigo 41º, do Regimento deste órgão, a AM de Sardoal deliberou por unanimidade aprovar em minuta as deliberações tomadas. -----

Não havendo mais nada a tratar, foi pelo Sr. Presidente da Mesa, encerrada a sessão, eram vinte e três horas e trinta e seis minutos, da qual se lavrou a presente ata. -----

O Presidente da Assembleia Municipal

(Jorge Manuel Gaspar)

A 1.ª Secretária

(Ana Maria Simples dos Santos Borges)

O 2.º Secretário

(César Filipe Gonçalves Marques)